

Dinâmicas territoriais e estratégias de permanência no Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes, Irituia (Pará, Brasil)

Ezequias Nazareno de Lima  

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) – Marabá, Pará, Brasil.
e-mail: kia@unifesspa.edu.br

Livio Sergio Dias Claudino  

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) – Marabá, Pará, Brasil.
e-mail: livio.claudino@gmail.com

Resumo

Este trabalho trata do tema de reforma agrária e das dinâmicas territoriais no Projeto de Assentamento (PA) Luís Carlos Prestes, localizado no município de Irituia – Pará. Buscou-se problematizar acerca da ameaça quanto ao desaparecimento e identificar estratégias que possibilitam a continuidade do Projeto de Assentamento como território de reforma agrária, em virtude do índice de venda de lotes. A metodologia fundamenta-se em observação participante, que ocorreu de janeiro a julho de 2023, com entrevistas semiestruturadas, junto a nove (9), de um grupo de dezenove (19), dos primeiros ocupantes e um dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. A pesquisa aponta que a venda de 28 (59,57%) lotes, dos 47 assentados inicialmente, está implicada em precariedades e impulsionada pela forte pressão fundiária. Embora identificou-se forte processo de prática de pecuária bovina exclusiva (60,71%), há também relevante percentual de novos ocupantes (35,71%) que desenvolvem práticas em meio às estratégias em parcerias mediadas pelo MST, como a ajuda mútua, o manejo sustentável e a pluriatividade. Essas são algumas características que apontamos como possibilidades para a permanência e a manutenção do assentamento enquanto território de reforma agrária.

Palavras-chave: Amazônia; assentamentos rurais; reforma agrária.

Territorial Dynamics and permanence strategies in the Luís Carlos Prestes Settlement Project, Irituia (Pará, Brazil)

Abstract

This work addresses the topic of agrarian reform and territorial dynamics in the Luís Carlos Prestes Settlement Project (PA), located in the municipality of Irituia - Pará. It aims to problematize the threat of disappearance and identify strategies that enable the Settlement Project to continue as an agrarian reform territory, due to the rate of sale of lots. The methodology is based on participant observation, and took place from January to July 2023, with semi-structured interviews, with nine (9) out of a group of nineteen (19) of first occupants and a leader of the Landless Workers' Movement - MST. The research shows that the sale of 28 (59.57%) lots of the 47 initially settled is involved in precarious conditions and driven by strong pressure due to the PA location. There were 17 lots registered with exclusive livestock farming practices (60.71%); however, 10 new occupants were identified (35.71%) who, added to the first 19, make up the majority that develop practices amid strategies in



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

partnerships mediated by the MST. Dynamics in mutual aid, sustainable management and multi-activity practices. Characteristics of family and peasant agriculture that enable the settlement to remain and be maintained as an agrarian reform territory.

Keywords: Amazon; rural settlements; agrarian reform.

Dinâmicas territoriais y estrategias de permanencia en el Proyecto de Asentamiento Luís Carlos Prestes, Irituia (Pará, Brasil)

Resumen

Este trabajo analiza la cuestión de la reforma agraria y las dinámicas territoriales en el Proyecto de Asentamiento Luís Carlos Prestes (PA), localizado en el municipio de Irituia - Pará. El objetivo fue problematizar la amenaza de su desaparición e identificar las estrategias que posibiliten la continuidad del Proyecto de Asentamiento como territorio de reforma agraria, dado el ritmo de venta de las parcelas. La metodología se basa en la observación participante y que se realizó entre enero y julio de 2023, con entrevistas semiestructuradas con nueve (9) de un grupo de diecinueve (19) de los primeros ocupantes y un líder del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). La investigación indica que la venta de 28 (59,57%) parcelas de los 47 primeros ocupantes está vinculada a la precariedad e impulsada por una fuerte presión debido a la ubicación del PA. Se identificaron 17 parcelas con práctica exclusivamente ganaderas (60,71%), pero los 10 nuevos ocupantes (35,71%) que, junto con los 19 primeros, conforman la mayoría que desarrolla prácticas en medio de estrategias de asociación mediadas por el MST. Dinámicas de ayuda mutua, gestión sostenible y prácticas de pluriactividad. Características de la agricultura familiar y campesina que posibilitan el mantenimiento del asentamiento como territorio de reforma agraria.

Palabras Clave: Amazonía; asentamientos rurales; reforma agraria.

Introdução

Este artigo¹ discute sobre as dinâmicas territoriais, tendo como objeto as estratégias de permanência no campo, em especial analisando alguns resultados e dilemas da reforma agrária na Amazônia brasileira. O lócus do estudo é o Projeto de Assentamento (PA) Luís Carlos Prestes, um assentamento localizado a 15 quilômetros da sede do município de Irituia, na região nordeste do estado do Pará. Distintamente de boa parte dos assentamentos amazônicos, esse tem uma localização privilegiada em relação ao acesso ao espaço e serviços urbanos. Problematicamos sobre a ameaça quanto ao desaparecimento do assentamento, tendo em vista a pesquisa identificar alto índice de venda de lotes, mas também identificando estratégias que possibilitam a continuidade do PA como território de reforma agrária.

No contexto do PA pesquisado, a reforma agrária não foi conclusiva em relação às

¹ A pesquisa obteve apoio financeiro por meio de bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), durante a realização do mestrado pelo PPG Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PDTSA/Unifesspa) do primeiro autor.

políticas públicas para estruturação dos assentamentos. Fato que tem se mostrado comum nas áreas de assentamento, cujos aspectos implicam precarização nas áreas, que por conseguinte somado à intensa pressão sobre assentadas/os redundam em comercialização de lotes. E, consolidando a introdução de capital no campo, em meio à especulação imobiliária, altera-se constantemente o perfil socioeconômico e cultural no quadro de assentadas/os, impactando sobre a racionalidade da terra e das relações sociais.

O texto aborda a problemática de um campesinato que se fez em situação de fronteira, em meio às estratégias políticas do movimento social de democratizar o acesso à terra por meio do acampamento e da luta pelo assentamento. Assim como em outras regiões da Amazônia, não se espera encontrar um tipo de camponês idealizado, mas migrantes vindos de diferentes situações e ocupações, ora no campo, ora em periferias urbanas, em cuja fronteira paraense, segundo Hébette (2004), além de polarizar uma forte corrente de migração, também contribuiu para que o número respeitável desses migrantes ficasse “despojados de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho”, isto é a terra. E é na noção de territorialidade e do trabalho na terra que podemos entender o campesinato.

No que diz respeito às dinâmicas territoriais nas quais se insere o assentamento pesquisado, há uma situação relevante a ser considerada. Em se tratando de área de reforma agrária localizada na região nordeste do Pará às margens da BR-010 Belém - Brasília, esta localização torna esta área um privilegiado *nicho* de mercado, característica que implica na valorização das terras, facilitando a comercialização da produção agrícola, e também estimulando a mercantilização da terra, o que já aconteceu com 28 (59,57%) lotes do total de 47 ocupantes inicialmente. O assentamento foi instituído no ano de 2008 e a partilha dos lotes ocorreu em março do ano de 2009; as primeiras vendas de lotes aconteceram por volta de 2012, indicando um acelerado processo em um assentamento pequeno.

Para as situações encontradas na pesquisa, chamam a atenção casos de reconcentração fundiária, onde identificamos situações com dois lotes em posse de uma única pessoa, e havendo indícios de que querem ampliar ainda mais suas áreas, comprando os lotes vizinhos. Nesse sentido, a problemática da pesquisa gira em torno das implicações sobre a venda de lotes quanto à ameaça para o fim do assentamento e como se dão as estratégias de disputa pela continuidade enquanto território de reforma agrária. Ainda complexificando o contexto, há conflitos internos originados a partir das interferências externas (ocupações ilegais em área de reserva coletiva, extração de madeira), potencializadas pela ação e/ou inação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enquanto agente responsável pelos territórios em questão.

A hipótese da pesquisa aponta que as formas de organização para o trabalho produtivo vivenciadas pelas famílias do assentamento apresentam estratégias voltadas ao estímulo para a permanência no campo. Essas estratégias correspondem às dinâmicas territoriais em meio às dinâmicas socioculturais e socioeconômicas, ou seja, dinâmicas de organização para a vida e para o trabalho em meio às relações sociais.

Este artigo está estruturado em duas seções nas quais a base teórica de análise parte de revisão bibliográfica. A primeira seção descreve as dinâmicas territoriais da luta pela posse da terra no contexto do assentamento Luís Carlos Prestes. Os estudos em Hébette (2004), Martins (2009), Loureiro e Pinto (2005), Cordeiro, Arbage e Schwartz (2017), dão a dimensão do contexto de ocupação territorial da região na qual se insere o assentamento e problematiza as implicações em torno dos conflitos internos e as interferências externas, especialmente as situações limitantes e os elementos causais dos quais decorrem a venda de lotes, e dos impactos que essas mudanças produzem no grupo de assentadas/os.

A segunda seção descreve o perfil socioeconômico de assentadas/os do PA pesquisado conforme as dinâmicas de saídas e entradas, e parte de análises de como e quais são as estratégias mobilizadas que influenciam a permanência no assentamento. As categorias sociais elencadas por Schneider (2003) e Wanderley (1996; 2009) correlacionadas aos dados da pesquisa possibilitam compreender qual a categoria social que melhor identifica o grupo.

Metodologia

A pesquisa se desenvolveu por meio de observação participante, em virtude de o campo de pesquisa ser o espaço de morada, vida, trabalho e de sociabilidades de um dos autores, sendo então sujeito e objeto da pesquisa, e como tal, é também impactado pelas dinâmicas e conflitos externos e internos. Foi procedida também coleta de dados por meio de entrevistas e acesso a documentos, com apoio de caderno de campo para registros, além de revisão de literatura.

O método aponta para um modelo de interação no qual reflete dificuldades quanto à imparcialidade de pesquisador diante da complexidade para se distanciar do campo de pesquisa e implica manifestar subjetividades ideológicas e interpretativas em razão de que “[...] sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder ‘pôr-se no lugar do outro’” (Velho, 1987, p 40). Essas dificuldades foram superadas com o aporte teórico metodológico acessado, bem como pelo distanciamento tentado a partir do afastamento das atividades junto ao assentamento por vários meses, a fim de avançar na pesquisa.

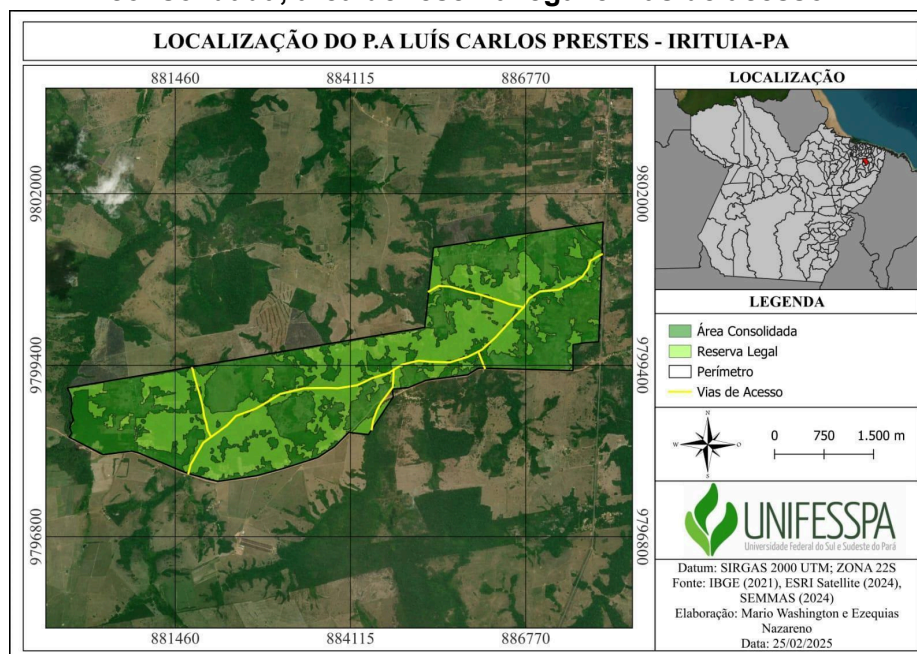
De modo mais pontual, a pesquisa para coleta de dados em campo se iniciou em 2022, e as observações pontuais e aplicação de entrevistas semiestruturadas, nas quais destacamos questões pertinentes: Onde morava, município/estado antes de vir ao acampamento/assentamento? Quais as principais dificuldades (e desafios) para o trabalho e produção? Qual a principal produção no lote e o destino dessa produção (mercado, somente para o consumo da família)? Sobre a sua fonte de renda, ela provém do lote? É suficiente para viver no assentamento?

As entrevistas ocorreram entre janeiro e julho de 2023, sendo que os participantes confirmaram adesão à pesquisa e assinaram os termos de consentimento livre esclarecido, no entanto, vamos nomear por meio das suas iniciais a fim de preservar a identidade. Os dados empíricos foram obtidos por entrevistas junto a 9 (nove) integrantes, de um total de 19 (dezenove) assentados, que estão desde o início da ocupação e 1 (um) dirigente do MST. Além disso, foram feitas observações e obtenção de informações com a coordenação da associação local e levantamento sobre as atividades desenvolvidas pelos novos ocupantes, para entender sobre o uso do solo nos referidos lotes. Os dados e informações organizados em documento no programa Word, com transcrição de entrevistas (já que foram gravadas) e sistematização em tabelas.

Dinâmicas territoriais no contexto do Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes

O Assentamento Luís Carlos Prestes está localizado a 15 km oeste da sede do município de Irituia, à margem direita da rodovia BR 010, no sentido Belém-Brasília (Figura 1). Inserido na Gleba Palheta, a área foi discriminada e arrecadada pelo INCRA em 1995. O referido município pertence à mesorregião do Nordeste paraense, microrregião do Guamá, na Costa Atlântica, Sub-região Hidrográfica Guamá-Moju. O acesso ao assentamento se dá a partir da capital paraense através da BR-010 (Belém - Brasília), passando pelo município de São Miguel do Guamá; percorre-se mais 14 km até o trevo da entrada de Irituia (PA 253), percorrendo-se mais 5 km na BR-010 chega-se à entrada do assentamento. Partindo do rumo Sul do País, percorre-se 29 km da cidade de Mãe do Rio pela BR - 010 e, após passar a entrada de Perseverança, em São Domingos do Capim (km 21, PA 127), chega-se à entrada do assentamento (INCRA, 2008). A Figura 1 apresenta ao centro do lado esquerdo o perímetro total do assentamento, destacando em verde escuro parcela equivalente à área consolidada do assentamento, e na cor verde-claro, a área de reserva legal e as vias e acesso em amarelo.

Figura 1: Mapa de localização do PA Luís Carlos Prestes, Irituia, destacando área consolidada, área de reserva legal e vias de acesso.



Fonte: IBGE (2021), ESRI satélite (2024), Semmas (2024), elaborado por Mário Washington e Ezequias Nazareno (2025).

O PA foi criado com a Portaria INCRA/SR - 01 n° 94, com o título de Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes, Cód. SIPRA, PA 0493000. A área foi arrecadada através da portaria INCRA- SR/01/G/N° 72 e 73, editadas em 22 de agosto de 2007, tendo sua emissão de posse em 30 de dezembro de 2008 (INCRA/RVA 2008). Historicamente nesta região, a dinâmica de ocupação territorial foi marcada pelo governo militar, implementada nos anos de 1960, sendo a abertura da Rodovia BR-010 o canal de integração do Centro-Sul do país ao Norte e a expansão da fronteira (Hébette, 2004). Conforme sugerem Loureiro e Pinto (2005), o pragmatismo de Estado pautado no planejamento de desenvolvimento militar teve na abertura da Rodovia BR – 010 uma possibilidade maior de exploração da região amazônica, sendo que a infraestrutura e o investimento de capitais se apresentavam como os elementos necessários e estratégicos ao desenvolvimento.

Assim, a política para o desenvolvimento regional de governo militar dos anos de 1960 e 1970 reverbera em alta concentração fundiária, tendo em vista a abertura da fronteira e a ocupação territorial às margens da rodovia BR-010 (Belém – Brasília), cujo objetivo se volta para a introdução e expansão do capitalismo na região por meio da exploração dos recursos naturais. Em relação à questão fundiária na região nordeste do Pará, as terras públicas sob domínio de grupos com poder e influência política são marcantes, tendo em vista que “o próprio Estado autorizou a grilagem na região e instituiu-a como uma prática tolerável, não só legitimando-a como legalizando-a; e reforçou-a ao

conceder empréstimos e financiamentos para investir nas terras” (Loureiro e Pinto, 2005, p. 81).

Essa dinâmica de ocupação pautada pelo Estado com estímulo aos usos privados e especulativos, conforme Cordeiro, Arbage e Schwartz (2017), fez do Nordeste Paraense a mais antiga fronteira de colonização daquele governo no estado do Pará, fato esse que se deu a partir de uma política nacional ainda no governo militar que tinha por meta atrair e fixar contingentes populacionais com incentivo do Estado para o extrativismo madeireiro, mineral e a agropecuária. A construção da rodovia Belém-Brasília, preconizada no Programa de Integração Nacional (PIN), fazia parte desse processo.

Na região em tela, os conflitos agrários se fazem recorrentes tendo em vista o déficit de distribuição de terra e as políticas públicas para a democratização do espaço. Desses aspectos, precedem a luta pela terra e posterior manutenção do direito à posse. Quanto às questões das quais trata a estrutura agrária, compete ao Estado a elaboração das normativas, seja para a efetivação de políticas públicas ou para o controle sobre as terras públicas. Dessa forma, o Estado mais recentemente direcionou suas ações por meio do Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018 o qual regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, onde se lê no Art. 13 que:

O processo de seleção transcorrerá de forma pública, com o registro dos atos em autos formalizados com essa finalidade específica e a publicação dos atos decisórios no sítio eletrônico do Incra.

§ 1º O edital de abertura de seleção será publicado no sítio eletrônico do Incra e afixado na sede da unidade do Incra responsável pela seleção, com antecedência mínima de trinta dias do início das inscrições, e informará o projeto de assentamento a que se destina, o Município de sua localização, a quantidade de vagas disponíveis, o prazo para as inscrições e a discriminação das fases do processo seletivo, incluídos os prazos para interposição de recurso (BRASIL, 2018, p. 4).

No que se refere ao contexto do Nordeste paraense, não se tem conhecimento de que algum órgão fundiário tenha adotado esse modelo de seleção e, por meio deste, embasado a efetivação de assentamentos na região. Dessa inação do Estado, as dificuldades para o acesso à posse da terra acirram os conflitos da luta de classe na região. Assim, o histórico de lutas pela posse e em defesa da terra “forçaram os camponeses a se organizarem para juntar forças, refletir em cima das experiências, pensar estratégias” (Hébette, 2004, p. 166). É dessa dinâmica territorial que na contemporaneidade emergem os movimentos sociais na luta pela posse da terra na região.

O protagonismo do MST tem sido fundamental para a organização da classe

trabalhadora na disputa por terra na região Nordeste do Pará. O MST tem em sua agenda de atuação a organização de famílias através do trabalho de base enquanto estratégia de abordagem para o engajamento da militância na luta pela terra, agregando força política que reposiciona o campesinato nos conflitos fundiários, diminuindo o desequilíbrio de poder. Em decorrência, traz importante contribuição à reforma agrária, acelerando o processo de assentamento de famílias nas áreas em litígio, a exemplo do PA Luís Carlos Prestes.

A conquista do Assentamento Luís Carlos Prestes é resultante da luta organizada, e a forma como se deu o processo de luta e conquista não se difere da realidade das dinâmicas territoriais no contexto do Brasil. Para o MST, a ocupação se torna a principal estratégia na luta e o acampamento uma forma de denunciar o latifúndio instalado em terras públicas, para assim, reivindicar, frente ao Estado, a reforma agrária. Para a compreensão de acampamento, o termo pode estar relacionado à espaço de reivindicação e importante instrumento com vistas a publicizar a luta contra o latifúndio, conforme aponta Fernandes (2012, p. 24):

Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária. [...].

O acampamento, para além de espaço de aglutinação, pode ser considerado um importante espaço de formação para o grupo que irá compor o futuro assentamento. Nesse sentido, já se faz a própria territorialização, visto que ali se produz toda uma estrutura e organicidade em funcionamento de núcleos de famílias, as assembleias e, sobretudo, a escola. O acampamento tende a publicizar a luta pela terra, mobilizar a opinião pública e tensionar o Estado com a pauta da reforma agrária. Essa estratégia de luta se dissemina da fronteira agrícola mais recente até aquela de configuração fundiária consolidada, mais próximo da capital, sendo adotado inclusive por outros movimentos sociais.

É desse contexto que as dinâmicas que antecedem a institucionalização do PA Luís Carlos Prestes se dão, a partir de um grupo organizado em um acampamento localizado à margem da BR-010 e que decorreu de janeiro de 2007 até a posse do lote em março de 2009. Ressalta-se que o histórico na dinâmica territorial do PA é marcado por morosidade dos órgãos fundiários; conflitos e violência, inclusive com registro de vítima fatal, do camponês Santos do Carmo, que dá nome à escola do assentamento, e ainda por intensa mobilização de ocupação da rodovia federal e prédios públicos enquanto estratégia de tensionamento ao Estado.

Salienta-se que, se comparado a outras áreas de assentamento, é possível dizer que o processo transcorreu em curto período para transitar de acampamento a assentamento, possivelmente em função da visibilidade dada e da pressão política exercida.

E dessa forma, nasceu o PA com o Estado desapropriando 1.241,2990 (um mil e duzentos e quarenta e um hectares e duzentos e noventa e nove metros quadrado) das áreas das Fazendas São Felipe e Divisa, assentando 47 famílias em 30 de dezembro de 2008, segundo a portaria de número 94 da Superintendência Regional - 01 do INCRA.

Essa breve contextualização nos ajuda a compreender as ações do Estado² frente aos conflitos na luta pela terra e quanto aos direitos constituídos ao acesso à posse da terra. Nesse contexto, as mensurações acerca das legislações se fazem importantes para que se possibilitem análises sobre a questão fundiária e as dinâmicas de ocupação territorial e consolidação do PA pesquisado. Como evidenciado, “[...] não se pode negar o princípio vital da sociedade que é o conflito social” (Martins, 2003, p. 19), e, por conseguinte, o Estado ao invés de mediar os conflitos sociais, torna-se promotor de conflitos quando assume a defesa da propriedade privada, de forma seletiva, visto que, enquanto a burocracia dificulta o acesso à classe trabalhadora, viabiliza a posse a empresas e latifundiários, ainda que de forma ilegal, irregular, como no caso da grilagem, como salientado anteriormente por Loureiro e Pinto (2005).

Outro ponto muito relevante da dinâmica territorial em questão é a forma como foi realizada a partilha dos lotes. No caso, a unidade de produção familiar é separada espacialmente da área de Reserva legal conforme as políticas ambientais do INCRA.

Será destinado a cada família em média 25 ha, construindo parte por um lote individual de 12,5 ha e outra parte de 12,5 ha em área legal coletiva. [...]. A área de 12,5 ha complementares serão distribuídos na Reserva Legal de forma coletiva, devendo ser gerenciados pela associação local dos agricultores do futuro Projeto de Assentamento (RVA/LVA, INCRA, 2008, p. 27).

Do ponto de vista pautado em questões ambientais e ecológicas, esse modelo de assentamento é bem apropriado, uma vez que aglutina as áreas de reserva, permitindo manutenção biológica mais adequada do que pequenas ilhas descontínuas em cada propriedade. Porém tem gerado uma maior complexidade e intensidade de conflitos, já que, ao separar a área de reserva legal da área que compete à unidade de produção, haveria do ponto de vista do imaginário externo, o entendimento de que a mesma estaria ociosa, culminando com as ocupações irregulares sobre a mesma.

Em meio às constantes alterações no quadro de ocupantes se dá a complexidade na dinâmica territorial na atualidade do PA Luís Carlos Prestes. O assentamento ainda não é considerado emancipado, uma vez que as regras de titulação e a própria titulação não haviam sido concluídas até o final da pesquisa. Além disso, o INCRA não cumpriu as

² Coadunamos, a partir desse histórico, com a ideia de que o Estado é um instrumento essencial de dominação de classes na sociedade capitalista. Ele não está acima dos conflitos de classes, mas profundamente envolvido neles. Sua intervenção no conflito é vital e se condiciona ao caráter essencial do Estado como meio da dominação de classe (Carnoy, 1988, p. 66).

políticas básicas de crédito e infraestruturas seja para o assentamento em geral, ou para os sistemas produtivos, conforme aparecem nas entrevistas, como na de V. L. C. de 44 anos, que informou não ter acessado ainda nenhum projeto. Isso reflete a situação de limites da ação estatal em prever e fortalecer os assentados para reduzir a rotatividade, gerando muitos problemas ao coletivo.

Parte dos novos ocupantes ocupam irregularmente a área de reserva legal coletiva, atraindo a atenção para outros ocupantes das localidades vizinhas e inclusive de outros municípios. Sem ação efetiva do INCRA, e demais órgãos que podem promover as fiscalizações e ações de controle, esses ocupantes posteriormente negociam grandes parcelas de terra nesta área para fazendeiros, comerciantes e especuladores, acirrando o conflito desses ocupantes com os assentados em virtude da disputa pelos recursos naturais, a exemplo da extração de açaí. O conflito que outrora se dava na disputa pela posse da terra, desta feita, gira em torno da defesa do território já conquistado.

As contradições da democratização da terra presentes nas dinâmicas internas do assentamento pesquisado partem do jogo de interesses sobre a área, tendo em vista principalmente a sua localização e também à forma de gestão e controle da área coletiva. Conforme as concepções do materialismo histórico-dialético, compreende-se que os conflitos internos se dão a partir dos impactos de origem nos conflitos externos, como por exemplo, as políticas de Estado ou de governo que determinam as ações para o campo, conforme a conjuntura política que, por conseguinte, determina a pauta econômica e a tendência de hegemonia sobre o território. Portanto, “[...] não se pode ser inocente de pensar contradição zero, conflito zero” (Martins, 2003, p. 19).

O PA Luís Carlos Prestes e estratégias de permanência

O PA é dividido em 5 núcleos, sendo que cada um possui de 8 a 10 famílias em sua origem. O Quadro 1 demonstra os núcleos, os respectivos lotes, indicando o número de lotes vendidos e os que permanecem. Vale destacar que o perfil socioeconômico encontrado durante a pesquisa retrata a significativa distinção em relação ao grupo inicialmente assentado. Os ocupantes que permanecem são os mesmos que resistiram no acampamento, cuja origem são as zonas periféricas dos municípios vizinhos, que apresentavam baixo poder de renda e que foram assentados sem as condições estruturais para desenvolver as atividades produtivas.

Quadro 1: Identificação de venda de lotes, 2023.

Identificação dos Núcleos de famílias	Número de ocupantes	Número de lotes vendidos	Identificação dos lotes que permanecem
Núcleo 1	9	8	23
Núcleo 2	8	6	1; 2
Núcleo 3	10	3	28; 29; 30; 32; 33; 35; 36
Núcleo 4	10	7	44, 46; 47
Núcleo 5	10	4	9; 10; 11; 14; 15; 18
Total	47	28	19

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2023).

Já os que compraram lotes, em sua maioria, são aqueles com melhor poder aquisitivo, que reflete nos modos de produção a partir de mecanização, de contrato de força de trabalho, inclusive de caseiros. Porém, há entre os novos ocupantes, pessoas com trajetória de trabalho agrícola que estão fazendo do lote adquirido sua dinâmica de vida, trabalho e moradia, assim como há lotes ociosos e outros utilizados apenas nos fins de semana. O Quadro 2 mostra as situações principais quanto ao uso e atividades principais dos lotes que possuem novos ocupantes.

Quadro 2: Situações encontradas quanto ao uso da terra por novos ocupantes no PA Luís Carlos Prestes, 2023.

Características principais	
Número de lotes já revendidos sob posse do terceiro ocupante	14 (50%)
Número de novos ocupantes que trabalham e moram no lote	10 (35,71)
Número de novos ocupantes que nem moram e nem produzem no lote	4 (14,28 %)
Número de novos ocupantes que não moram no lote, mas produzem	11 (39,28%)
Número de novos ocupantes que moram, mas não produzem no lote	3 (13,79%)
Número de lotes com a presença de prática exclusiva em pecuária	17 (60,71%)
Número de lotes com a presença de práticas agropecuária	3 (10,71%)

Fonte: Dados fornecidos pela associação local e pesquisa de campo (2023).

Quando ponderamos a questão das atividades produtivas, registra-se o número de vinte e quatro (24) lotes nos quais se desenvolvem práticas de bovinocultura. São (20) lotes dos novos ocupantes e quatros (4) lotes dos primeiros ocupantes. Destaca-se os lotes com a presença de práticas agropecuárias são sete (7), dos quais quatro (4) fazem parte do grupo dos primeiros e três (3) dos novos ocupantes.

Para a totalidade do PA, que é de quarenta e sete lotes (47), identificamos que ao menos dezessete (17) praticam exclusivamente a pecuária bovina. Isso gera implicações

quanto ao atual perfil socioeconômico do grupo. Embora um melhor aprofundamento deva ser adotado para compreender todas as nuances, a primeira observação se volta ao uso da terra em relação aos novos ocupantes pois se considera que possuem maior capital, embora isso não seja tão factível, tendo em vista as possibilidades de investimentos considerando os gastos com a manutenção das pastagens e demais manejos do rebanho. A segunda observação a ser feita é que a pecuária, por suas características na região, tende a ser mais extensiva e com pastagens que, pelos manejos adotados costumeiramente, tendem à rápida degradação (Claudino; Darnet e Pocard-Chapuis, 2016), além do crescimento vegetativo do rebanho, demandando mais áreas para ampliação dos pastos, podendo implicar em pressão para a compra de lotes vizinhos e em reconcentração de lotes no PA.

Quanto ao alto índice de venda de lotes, encontram-se diversas situações conforme dados levantados em campo, como relata a ex-coordenadora da associação local, quando se trata dos objetivos dados ao uso da terra por esses novos ocupantes:

(...) Agora têm muitos também que compraram, mas continuam morando na cidade. Abandonado! Só vem de vez em quando, só olhar como é que tá e volta, né? A gente não vê nada avançado aí. Mas tem uns que vieram mesmo para trabalhar. Esses uns que vieram mesmo para trabalhar até esses *uns* que procuraram a associação, né? *Pra* informar que devia fazer, eles estão trabalhando (V. L. C., 44 anos, janeiro de 2023).

Essas observações da ex-coordenadora, parecem refletir bem a configuração atual do PA, conforme já mencionado, ao se perceber que alguns lotes estão sendo mais produtivos a partir da saída do ocupante anterior, tendo em vista que os novos ocupantes além de residirem no Projeto de Assentamento, desenvolvem atividades produtivas (Quadro 02), reafirmando a racionalidade da terra e o objetivo da luta por reforma agrária. A terra enquanto espaço de vida, de produção, de sociabilidades. No entanto, quanto à racionalidade da terra e as condições de permanência no assentamento, se faz necessário considerar o perfil socioeconômico do novo ocupante e a ação do Estado quanto às condições de precariedades do assentamento, visto que as condições socioeconômicas podem ter implicado quanto ao uso da terra e que possivelmente impactaram os primeiros ocupantes.

As justificativas e causas da venda de lotes já é bastante discutida na literatura. O texto de Terence (2022) enumera algumas das possibilidades, discutindo especificamente sobre o Sul e Sudeste do Pará, faz uma discussão sobre autores com pontos de vista diferentes, como José de Sousa Martins, que aponta a venda de terras como possibilidade de rentismo dos pobres, e Jean Hébert, que aponta que os camponeses vendem é pelo fato de que, à revelia desses, as terras foram transformadas em mercadorias, passíveis de venda, de uso e abuso. Dentre as possibilidades de venda, o autor demonstra que pode ser

troca entre assentamentos, compra para assentar filhos, acumulação em famílias assentadas que ascenderam economicamente, fazendeiros ou outros capitalizados, entre outros.

Observando o campo, diante das constantes entradas e saídas, o quadro atual do perfil socioeconômico do assentamento pesquisado apresenta implicações quando se trata da racionalidade da terra, onde se identifica lotes em posse de comerciantes, servidor público e fazendeiros. Com isso, um número significativo de lotes voltados exclusivamente à pecuária; lotes ociosos e outros para mera especulação, coadunando o que é afirmado na literatura.

Entretanto, conforme dados informados pela coordenação da associação local e em levantamento de campo, ressalta-se que concomitantemente são identificados dez (10) ocupantes (35,71%) dos vinte e oito (28) que compram lote vivendo da agricultura familiar camponesa, que somando aos primeiros ocupantes totalizam maioria no assentamento com perfil de trajetória agrícola, os quais estabelecem residência no assentamento e mantêm suas condições de reprodução social a partir do trabalho agrícola. Ademais, boa parte desses novos ocupantes estão inseridos nos projetos de parceria nos quais têm vivenciado boas relações com os primeiros assentados nas dinâmicas de vida, trabalho e produção.

Salienta-se que os dados dispostos no Quadro 3 são resultantes das observações em campo e a partir de análises das entrevistas, sendo possível identificar em meio ao quadro de análises temáticas, que seis (6) dos nove (9) entrevistados declaram renda agrícola a partir da venda de açaí, sendo que quatro (4) destes vendem açaí beneficiado direto ao consumidor, enquanto dois (2) vendem açaí *in natura*. São práticas para geração de renda, superação das condições de contingências sociais e como estratégias de permanência.

Quadro 3: Principais fontes de renda dos 19 que permanecem, 2023.

Renda agrícola e principais produtos	Renda não agrícola Emprego formal	Renda não agrícola Emprego informal	Renda não agrícola Benefícios sociais
Nc 1: Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Nc 2: Não consta		Lote 2	Lote 2
Nc 3: Lote 28: açaí beneficiado ao consumidor, farinha, hortaliças, queijos; Lote 30: Açaí beneficiado ao consumidor	Lotes 28 e 30	Lote 35	Lotes 30 e 36
Nc 4: Lote 46: Açaí ao consumidor, melancia e peixe; Lote 44: Açaí <i>in natura</i>	Lote 46	Lote 44	Lote 44
Nc 5: Lote 18: Açaí <i>in</i>		Lote 18	Lotes 9 e 18

<i>natura</i>			
Total: 5	Total: 3	Total: 4	Total: 6

Fonte: Dados de campo, de janeiro a julho (2023).

Conforme dados acima, das condições socioeconômicas do grupo, quanto à questão da renda da terra e das condições de permanência no campo, registrou-se ocupantes que constituem renda agrícola por meio de atividades produtivas no lote; outros com renda não agrícola em emprego formal; ocupantes em emprego informal; ocupantes assistidos por benefício sociais e alguns que apresentam renda concomitantes dessas descritas.

E quando perguntados sobre as condições de vida no lote, percebe-se contradição nas declarações tendo em vista que ao mesmo tempo que declararem renda agrícola como sendo suficiente para se manter no lote, declarem também dependência a emprego informal e a benefícios sociais do governo federal, como informa a senhora L. L. e o senhor J.C.S., respectivamente.

Olha! Por enquanto, acho que tu *sabe* que eu tô no 14, né? [se refere a trabalhar fora, no km 14, na sede do município]. Mas antes de eu ir para o 14, eu creio que a gente vivia só da renda do lote e do pouco que o governo dava.... E dá [se refere a ser possível viver da renda do lote] (L. L., 43 anos, julho, 2023).

Dava... Se for pra viver no lote dá.. Como se diz o caso: com tudo isso [se referindo às dificuldades].. Dava, não! Dá!! Com a produção que eu tenho aqui, por exemplo. Com o *aposentozinho* que eu tenho... Ele dá pra ir se mantendo (J. C. S., 72 anos, março de 2023).

Como mencionado anteriormente é importante registrar que mesmo a quem declara ser possível viver da renda do lote, registra-se que o núcleo familiar conta com um dos cônjuges possuindo fonte de renda não agrícola, seja por meio de emprego formal ou informal, e inclusive de benefícios sociais.

Percebe-se que as formas de organização da produção identificados no Projeto de Assentamento pesquisado precedem práticas que para além de relações com os agentes externos, a exemplo do mercado, demonstram formas de produção que visam o autoconsumo, ou seja, para superação das situações contingenciais no início do processo de territorialização do grupo de ocupantes. No entanto, posteriormente vão se intensificando a organização da produção e com isso as práticas incluem produção de ciclos curtos tendo em vista a necessidade de aquisição de renda mais imediata, bem como a prática voltada à de culturas perenes e diversificadas, demonstrando claro interesse de permanecer no campo.

Ressalta-se ainda que para a superação de situações contingenciais, e ainda em se tratando de renda mais imediata, são identificadas no interior do assentamento estratégias

DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO LUÍS CARLOS PRESTES, IRITUÍ (PARÁ, BRASIL)

com vista ao complemento da renda familiar. São dinâmicas comuns exercidas em práticas caracterizadas em renda não-agrícola por meio de emprego informal.

Aí eu vendo meus tapetes. Agora não tô podendo mais nem sair. Fazer tapete pra sair vendendo. *Pra* poder comprar o que comer para dentro de casa. Que a gente tem que ir lá fora para lutar. Eu cheguei hoje mesmo fui vender dois tapetes cheguei meio-dia (M. L. N. L., 55 anos, 21, julho de 2023).

Olha! Graças a Deus. Que Deus abriu uma porta pra mulher... por causa que ela tá trabalhando agora num *resturantezim*.. Por causa que ela tá começando... E aí que tá dando mais apoio aqui na família, né? (F. H., 56 anos, julho de 2023).

Esta dinâmica em torno de renda complementar tem se tornado importante estratégia de resistência e permanência no assentamento tendo em vista as dificuldades econômicas no que se refere aos resultados da produção do lote. Embora haja quem declare a possibilidade de renda agrícola suficiente, como se pode perceber nas declarações da senhora L. L.

Em se tratando de práticas no âmbito das dinâmicas socioculturais vivenciadas em áreas de reforma agrária, para o entendimento acerca do conceito de “estratégia”, Schneider (2003, p. 9) argumenta que:

O modelo analítico de Chayanov é crucial para se compreender o significado das atividades rurais não-agrícolas, às quais o autor se refere de modo recorrente. Nesse sentido, assume também relevância o conceito de estratégia que, para o autor, funciona como um conjunto de ações conscientes e planejadas que a família se utiliza para alcançar seus objetivos.

Sobre atividades não agrícolas como estratégia de resistência nas áreas de assentamento, é importante ressaltar que as práticas em pluriatividade são comuns nestes territórios, e são de suma importância, visto que “o trabalho externo se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural. Isto é, a renda obtida neste tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução, não só da família, como do próprio estabelecimento familiar” (Wanderley, 2009, p 13).

Para a compreensão sobre o conceito acima mencionado, Schneider (2003, p. 14) afere que:

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

Dessa forma, as práticas caracterizadas em pluriatividade sugerem táticas no modo de fazer em virtude de condições precárias no assentamento, com vista a garantir a

reprodução do núcleo familiar e a permanência no assentamento. Parte dessas ações de pluriatividade são fortemente estimuladas pelo MST enquanto agente do debate e da formação. Com isso, a concepção quanto às práticas e manejo na produção são influenciadas, e que refletem em produtividade, em diversificação, como se pode observar a partir da descrição da produção no núcleo familiar como se refere a assentada, a senhora V. S. L.

Olha.. *Nós mexe* de tudo um pouco, né?. Roça de mandioca, milho. Até arroz nós plantamos esse ano. Açaí. Mas o que é mais frequente mesmo é a horta. (...) e também a gente faz uns queijinhos também, né?... Mas a horta é a mais principal (V. S. L., 44 anos, 22 de março de 2023).

Percebe-se que as diversas atividades descritas pela assentada supracitada podem estar relacionadas ao consumo da família, mas também em certa medida, a se destinar ao mercado, como é o caso das hortaliças, queijo, açaí e peixes, proporcionando ao mesmo tempo renda agrícola mais imediata por meio de “[...] uma sábia combinação entre diferentes técnicas [...]” com sugere Wanderley (1996, p. 3). Assim, as dinâmicas socioculturais vivenciadas descritas pela assentada estariam para táticas e estratégias de incentivo à permanência no assentamento, tendo em vista a compreensão em Certeau (1994, p.13) para o qual as “táticas são utilizadas pelos indivíduos para criar espaços próprios nos ambientes, definidos pelas estratégias”. Claudino (2020), estudando família camponesa em assentamento de reforma agrária em Irituia, identificou estratégias similares, como a divisão social do trabalho equalizando a restrição de espaço com diversificação e regulação da inserção no mercado, a fim de garantir a manutenção da família ao longo do tempo.

Por espaços próprios entende-se os meios pelos quais se dão o caminho traçado a se atingir o objetivo central, que é a estratégia, ou seja, “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se tornam possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado (Certeau, 1994. p. 99)”. Dessa forma, compreender *o sujeito de querer e poder* em relação ao grupo de assentadas/os no PA pesquisado, é entender que a estratégia se dá em meio às dinâmicas territoriais com vista à permanência no assentamento. Cada tática, ou ações mais imediatas, como as dinâmicas socioculturais pautadas em modos e formas de organização para o trabalho visam um objetivo central (a estratégia) que é a reprodução social satisfatória no assentamento.

O MST e as parcerias como estratégias de permanência

Frente às contradições decorrentes das relações externas e internas nas áreas de assentamento, na atualidade, o MST, enquanto sujeito político em defesa da terra, do

trabalho e da produção saudável, vem ressignificando suas ações que aduzem à estratégia com vistas à permanência no campo. Nesse sentido, problematiza a reforma agrária para além da democratização do acesso à terra e apresenta proposições para o modelo de agricultura sustentável, conforme pode-se observar a linha de debate enfatizada no VI Congresso Nacional do movimento, ocorrido em Brasília no ano de 2014.

Nesse contexto, o MST apresenta defesa a uma reformulação quanto à política agrícola e intensifica a discussão em torno de um Programa de Reforma Agrária Popular, por meio da qual “[...] busca mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo (MST, 2013, p. 35)”. É nesse contexto que as áreas de reforma agrária organizadas com o MST- Pará, na Regional Cabanos³, se orientam conforme as diretrizes políticas da Direção Nacional.

Referentes ao plano de Reforma Agrária Popular, determinadas diretrizes são possíveis de serem observadas a partir de parcerias articuladas pelo MST. É em meio a essas parcerias que se materializam no interior do assentamento pesquisado as dinâmicas socioculturais com vista ao enfrentamento quanto aos impactos decorrentes, seja da ação do Estado referente à falta de estruturação e das condições precárias visibilizadas no interior do assentamento bem como das dinâmicas internas em meio à prática de venda de lotes. No caso em análise, se desenvolvem articulações entre o MST, o Instituto Imazon e a ONG WRI – Brasil (*World Resources Institute*)⁴ com vista à correlação de forças que representa, para o MST e para as famílias assentadas, uma perspectiva socioeconômica e ambiental em duas dimensões: a) a recuperação natural assistida, e b) a produção de alimentos saudáveis em matriz tecnológica com base agroecológica, conforme relatado por R.N.F., dirigente da regional cabanos do MST, responsável pela coordenação dos projetos de parceria no assentamento:

O projeto que a gente tem articulado em torno das questões produtiva e ambiental, tá dentro da Estratégia do Plano Nacional para plantar árvore, produzir alimentos saudáveis⁵. Produzir sistemas produtivos que tem uma pegada na recomposição de floresta e que ao mesmo tempo consiga dar conta de produzir alimentos para a família, para melhorar a qualidade de vida, para manter a permanência da família da terra (R. N. F., 43 anos, julho de 2023).

³ Regional cabanos é a instância regional que compreende a organização de 500 famílias em acampamentos e assentamentos localizados desde a zona metropolitana de Belém nos municípios de Santa Bárbara, Mosqueiro, Santa Izabel e se expandindo aos municípios do Acará, Castanhal, Santa Luzia do Pará, Capitão Poço e Irituia.

⁴ Imazon [...] associação sem fins lucrativos e qualificada pelo Ministério da Justiça do Brasil como Organização da Sociedade Civil. O WRI Brasil atua no desenvolvimento de estudos e implementação de soluções para que as pessoas tenham o essencial para viver, para proteger e restaurar a natureza.

⁵ Plantar 100 milhões de árvores em dez anos nas escolas do campo, cooperativas, centros de formação técnica, praças, avenidas e nas cidades, fortalecer a produção de alimentos saudáveis nas áreas de assentamentos e acampamentos do MST. Objetivos do Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis.

A fala do interlocutor ressalta a importância da parceria para as proposições do MST, conforme suas diretrizes estratégicas da socialização de saberes e que têm sido determinantes para a permanência nas áreas de assentamento. Ao proporcionar formas e modos de produção saudável pautadas em reciprocidade, essas relações sociais possibilitam otimizar o trabalho e, com isso, a parceria torna-se excelente perspectiva quanto às dinâmicas territoriais nas áreas de reforma agrária no nordeste paraense, conforme exemplificado abaixo (Figura 2).

Figura 2: Trabalho em forma de mutirão desenvolvido no lote nº 47 do assentamento Luís Carlos Prestes, Irituia, Pará.



Fonte: Dados de campo (julho, 2023).

A imagem acima apresenta formas e modos de organização para o trabalho produtivo, sendo as formas em caráter de mutirão e os modos caracterizado em atividades práticas de base agroecológica para implantação de Sistema Agroflorestal – SAF. O lote no qual o trabalho se desenvolveu está sob posse do pesquisador cuja iniciativa se dá em meio a inserção no projeto de parceria entre MST – Imazon - WRI. A essa questão se faz jus a metodologia da pesquisa para observação participante em virtude de estar imerso nas dinâmicas socioculturais vivenciadas.

Os SAFs no interior do assentamento tornam-se importante tática a médio e longo prazo que devem favorecer a permanência no campo. Nesse aspecto, cumpre objetivo estratégico de cunho socioeconômico, cultural e ambiental, como se pode perceber na definição para o significado de SAF para o dirigente do MST:

(...) um conjunto de conhecimentos ancestrais e científico também acumulado. (...) É [um] sistema de cultivo que introduz uma agricultura de processo, mas com tecnologias nova tanto do ponto de vista do conhecimento do trato cultural da terra para ir melhorando o solo, quanto de

organizar a produção para ela ser autossustentável. (...) agricultura que através do manejo tu consigas se autossustentar, produzir melhorando e produzindo solos. (...) uma diversidade de alimentos inclusive para o mercado. Se tu atinges aí em média trinta (30) atividades ambientais e produtivas que consigas fazer essa intercalação, tu consegues ter produto para te alimentar o ano todo e produto para tu comercializar o ano todo. Então é outra lógica de diálogo como mercado, com a unidade familiar de sustentação e autonomia produtiva (R. N. F., 43 anos, julho de 2023).

Percebe-se que o objetivo da parceria com Imazon e WRI e quanto aos aspectos referentes ao manejo em relação à produção, não significa dizer que as práticas tradicionais impliquem em instabilidade para quem os pratica, no entanto, a transição agroecológica designa uma melhor relação com a natureza, com a terra, sem perder de vista a autonomia, inclusive com vista a uma produção para a resolução de necessidades imediatas, a exemplo das hortaliças, assim como de culturas perenes, a exemplo dos SAFs, o que denota tendência em permanecer no campo. Nesse sentido, as parcerias sugerem importante tática no interior do assentamento com vista a estratégia de permanência. Dentro das propostas políticas do MST, massificar a agroecologia é o eixo condutor das ações, sendo os pilares da reforma agrária popular a produção de alimentos saudáveis, a preservação da natureza e das relações humanas, com finalidades de transformação social (MST, 2025).

Considerações finais

A pesquisa aponta para as contradições na política de democratização da terra que se inicia com o modelo de partilha individualizada dos lotes e separação da área de reserva legal. São aspectos implicados em modelos de reforma agrária construídos sem levar em consideração o contexto histórico das dinâmicas territoriais e as contradições no interior dos assentamentos. A falta de políticas públicas adequadas, desde o início, implica em condições precárias cujas condicionantes provocam a impermanência e as constantes mudanças em função de entradas e saídas, implicando também no acirramento de conflitos internos.

O quadro atual do perfil socioeconômico do assentamento apresenta lotes em posse de comerciantes, servidor público e fazendeiros e um número significativo de lotes voltados exclusivamente à pecuária (60,71%) além de lotes ociosos e outros para mera especulação, ainda uma grave situação de ocupação ilegal e o comércio de terra na área de reserva legal coletiva, situação inaugurada pela introdução de novos ocupantes que comprem lotes e a ação negligente do Estado e Incra.

Por outro lado, as análises identificam que 35,71% ocupantes, dos 59,57% que comprem lote que têm na atividade agrícola sua principal condição de reprodução social. Estes novos ocupantes, somados aos 19 primeiros, totalizam maioria que desenvolvem

práticas em meio às estratégias de permanência pautadas em diversificação da produção, produção de para a geração de renda agrícola mais imediata; produção com venda direta ao consumidor; práticas em pluriatividades por meio de renda não – agrícola e em parcerias mediadas pelo MST.

Os aspectos relacionados às dinâmicas territoriais apontam que as estratégias de parcerias no interior do assentamento pesquisado são determinantes para a manutenção do assentamento como território de reforma agrária e implicam desafios para as estruturas orgânicas, associação e MST, em lidar com as contradições externas e internas. Nesse sentido, ressalta-se a importância em elencar debates e formação sistêmica com vista a alterar as dinâmicas das relações sociais, cuja viabilidade precede a organicidade enquanto instrumento fundamental para as estratégias de permanência. Dessa forma, indicamos a necessidade de uma maior atenção para essas complexidades de formas de apropriação e reapropriação em que os territórios de assentamentos têm abrigado.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018**. Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9311-15-marco-2018-786320-publicacaooriginal-155039-pe.html>> Acesso em: 05 set. 2022.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CLAUDINO, Livio Sergio Dias; DARNET, Laura Angélica Ferreira; POCCARD-CHAPUIS, Renè. A diversidade de condições socioeconômicas dos pecuaristas e a gestão das pastagens no Sul do Pará. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2316>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CLAUDINO, Livio Sergio Dias. A divisão social do trabalho familiar nas atividades de produção de farinha de mandioca na comunidade Santa Ana, nordeste Paraense, Amazônia brasileira. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. 65, p. 8, 2020.

CORDEIRO, Iracema Maria Castro Coimbra; ARBAGE, Marcelo José Cunha; SCHWARTZ, Gustavo. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. in: CORDEIRO et al (org.). **Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Belém: EDUFRA, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Acampamento. In: CALDART, Roseli Salete et al.(org.) **Dicionário de Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004. 4 v.

INCRA - Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária. **Laudo agrônomo de fiscalização, fazendas São Felipe e Divisa**. SR-01, Superintendência Regional do Pará: Belém, 2008. No prelo.

DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO LUÍS CARLOS PRESTES, IRITUÍ (PARÁ, BRASIL)

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 54, p. 77-98, 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10071>>. Acesso em: 10 abr de 2022.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

Movimento Sem-Terra - MST. **Cartilha Programa agrário do MST**. 1ª edição. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2024.

Movimento Sem-Terra – MST. Desafios da reforma agrária popular e a massificação da agroecologia. In: **Encontro Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária**, Luziânia, Goiás: MDA/UnB/Unicrab. fev. 2025.

SCHENEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18 nº. 51, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPk4wf7z/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 10 nov. 2024.

TERENCE, Marcelo Fernando. Pós-reforma agrária: a quem pertencem os projetos de assentamento do INCRA?. Revista da ANPEGE, v. 18, n. 35, 2022. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/14982/8749>> Acesso em: 10 mar. 2025.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Anais... XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, Caxambu, Minas Gerais, 1996. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-5.pdf>> Acesso em: 06 nov. 2024.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

Sobre os autores

Ezequias Nazareno de Lima – Graduação em Educação do Campo pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-2082-511X>.

Livio Sergio Dias Claudino – Graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrado em Agriculturas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é docente, pesquisador e extensionista na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-1261-1533>.

Como citar este artigo

LIMA, Ezequias Nazareno de; CLAUDINO, Livio Sergio Dias. Dinâmicas territoriais e estratégias de permanência no Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes, Irituia (Pará, Brasil). **Revista NERA**, v. 28, n. 2, e10726, abr.-jun., 2025. <https://doi.org/10.1590/1806-675520252810726>.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos(as) autores(as). O(a) autor(a) **Ezequias Nazareno de Lima** foi o responsável pelas funções: Redação (rascunho original); Redação (revisão e edição); Conceitualização; Curadoria de dados; Análise formal; Metodologia. O(a) segundo(a) autor(a), **Livio Sergio Dias Claudino** foi o responsável pelas funções Redação (revisão e edição); Conceitualização; Curadoria de dados; Análise formal; Metodologia; Supervisão; Validação.

Recebido para publicação em 18 de novembro de 2024.

Devolvido para revisão em 14 de fevereiro de 2025.

Aceito a publicação em 16 de maio de 2025.

O processo de editoração deste artigo foi realizado por Lorena Izá Pereira.
